

entrevista

Joel Rufino

Leitores se formam nas escolas em que há sincera afeição pela literatura

■ Entrevista concedida a ANTONIETA CUNHA

Joel Rufino dos Santos é um dos nossos mais importantes escritores para crianças e adolescentes. Não por acaso, representa o Brasil no prêmio de 2006 do IBBY – Hans Christian Andersen, o Nobel da Literatura Infantil.

Mas Joel é muito mais do que isso, que já é muito. Atua como intelectual e professor incansável na discussão dos problemas sociais, educacionais e culturais brasileiros – se é que essas questões podem ser separadas.

Como historiador, teve sua História Nova do Brasil, escrita com Nelson Werneck Sodré, recolhida pela ditadura militar. Ele mesmo foi recolhido à prisão de 1973 a 1974, além de se ter exilado certo tempo no Chile.



Arquivo Pessoal

Nada abalou sua disposição de falar sobre “minorias” ou sobre marginalizados: índios, negros, mulheres, pobres. Nos seus mais de 30 livros de literatura, são essas as suas personagens mais queridas.

Dentre seus livros, muitos premiados, destacam-se: *Quando voltei, tive uma surpresa (FTD)*, *Uma estranha aventura em Talalai (Global)*, *O soldado que não era (Moderna)*, *Quatro dias de rebelião (José Olympio)*, *O curumim que virou gigante (Ática)*, *O caçador de lobisomem (Salamandra)*, *Marinho, o marinheiro (Quinteto)* e o mais recente: *O grande pecado de Lampião e a sua terrível peleja para entrar no céu (Dimensão)*.



entrevista

Joel Rufino

Muitos possuem o gosto de ouvir boas histórias, leram grandes contadores, mas isso não quer dizer que sejam, eles próprios, bons contadores de histórias. Por outro lado, pessoas que nunca leram podem ter o gosto de ouvir e contar histórias.

Presença Pedagógica: Um dado importante de sua obra é que, mesmo em livros de História do Brasil, você é um extraordinário contador de histórias, e o leitor um ouvinte privilegiado. Qual a origem dessa qualidade?

Rufino: Supondo que possuo essa qualidade a mim atribuída, seria um “talento natural”. Muitos possuem o gosto de ouvir boas histórias, leram grandes contadores (Dickens, Jack London, Jorge Amado, Cervantes, aquela Velha Totônia de Zé Lins...), mas não quer dizer que sejam, eles próprios, bons contadores de histórias. Por outro lado, pessoas que nunca leram podem ter o gosto de ouvir e contar histórias. Conclui-se, assim, que ser um “extraordinário” contador de histórias é natural, ou é uma habilidade desenvolvida especificamente ao longo da vida por algumas criaturas. Quando digo “talento natural”, não me refiro ao inato, mas ao que se desenvolveu naturalmente durante a infância e a adolescência, graças a uma conjugação de fatores do temperamento e do meio social.

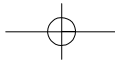
PP: Quais foram as suas leituras, na infância?

Rufino: Tudo o que me caía nas mãos: gibis, jornais, romances presenteados por parentes que apreciavam o meu “vício” de ler, seletas escolares (*Meu tesouro, Caminho Suave, Antologia popular brasileira etc.*). E, sobretudo a Bíblia, não qualquer uma, mas a boa e velha Bíblia protestante, de linguagem trágica e sen-

sual, a mesma que marcou para sempre Faulkner e Dostoiévski, mas também o aparentemente sereno Machado de Assis. A partir dos 13 anos, quando comecei a ler os “grandes livros”, me lembro de *O lobo do mar* (Jack London), *A lã e a neve* (Ferreira de Castro), *A volta ao mundo em oitenta dias* (Júlio Verne), *Terras do sem-fim* (Jorge Amado), *Éramos seis* (Sra. Leandro Dupré), *A condessa Vésper e O coruja* (Aluísio Azevedo), *Os irmãos Karamazov* (Dostoiévski), todo o Lima Barreto, mas sobretudo *Clara dos Anjos, Policarpo Quaresma e Recordações do escrívão Isaías Caminha*. Foram leituras de menino entrando na adolescência. Não tenho lembrança de livro que me impressionasse antes dos 13 anos, salvo a Bíblia. Não li nem leram pra mim Monteiro Lobato. Das saudosas antologias escolares, me lembro de uns retalhos de texto (Euclides da Cunha, Joaquim Nabuco, Graça Aranha, Machado, Mário de Andrade...) e, vivamente, de um verso que dizia: “Nem caminho deixam para os que lá ficam”. Penso que é de um poema longo de Vicente de Carvalho sobre o enterro de um menino, mas não sei, preferi nunca confirmar.

PP: O avô Joel conta histórias para a neta Victoria? Que histórias você/ela escolhe?

Rufino: Uma graça de ser avô é ter neto pra contar histórias. Contando-as pra Victoria sinto-me minha avó encarnada. Isso se chama atavismo, ou ancestralida-



entrevista

Joel Rufino

Não creio que literatura para crianças seja menor. É literatura como a outra, exige talento, densidade e verdade. Verdade é a qualidade de ser convincente, seja lá o que você escreva. Mau escritor para criança é o que se vale de uma linguagem tatibitate para veicular reminiscências sem grandeza, coisinhas, miudezas, lições morais etc.

de: você prolonga o antepassado no sucessor. Victoria, como possivelmente toda criança, gosta das histórias com mistério, algo que ninguém viu, ninguém sabe, que está lá à espreita para nos engolir. De manhã, acordando de frente para o mar, ela me disse: “O mar parece uma parede azul que as crianças rabiscaram”. De frente para este mesmo mar, ela senta no meu colo e ouve histórias minhas ou de outros, novas ou antigas, tranqüilizadoras ou horríveis. Vai assim se humanizando. Das minhas, Victoria parece gostar mais de *O curumim que virou gigante*. Descobriu um erro (e prometeu guardar segredo): na última página conto que o curumim se deitou na areia da praia e se esticou, cheio de vergonha. Depois, como é que foi aparecer em forma de ilha, em pleno mar? A história é boa, mas você errou.

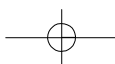
PP: Você é um escritor que consegue falar tanto a crianças bem pequenas quanto a adolescentes e adultos. Muitos autores que escrevem para crianças têm a preocupação de dizer que não escrevem para o público infantil. O direcionamento para tal público é posterior à escrita. Você diria o mesmo de sua criação literária?

Rufino: Quando escrevo para crianças, escrevo para crianças. Cada escritor sabe de si. Ao dizer que não escrevem deliberadamente *para criança*, mas para o leitor em geral, esses escritores talvez estejam intimidados pelo senso comum que pensa ser a literatura infanto-juvenil um

gênero menor. Não creio que literatura para crianças seja menor. É literatura como a outra, exige talento, densidade temática e formal – e verdade. Verdade é a qualidade de ser convincente, seja lá o que você escreva. Mau escritor para criança é o que se vale de uma linguagem tatibitate para veicular reminiscências sem grandeza, coisinhas, miudezas, lições morais etc. Bom escritor para criança é o que se vale de linguagem literária, em si mesma incomum, para expressar a estranheza enorme com que o mundo se apresenta a uma criança. Em suma, escrevo para criança com convicção de que é para criança.

PP: Você publicou há algum tempo *O que é racismo*, pela Brasiliense, e acaba de publicar, pela Dimensão, *O grande pecado de lampião e sua peleja para entrar no céu*. Qual a sua visão do racismo no Brasil de hoje?

Rufino: Os brasileiros temos pavor de parecer racistas. Isso é positivo, sabemos que é algo vergonhoso e cruel. No entanto, pelo menos num dos seus sentidos, a sociedade brasileira é racista – no sentido de forma prolongada de dominação de um (ou vários) grupos sobre outro (ou outros) com base no *racialismo*. Racialismo, que em si mesmo não é racismo, mas apenas uma ignorância, é a crença de que a espécie humana se divide em raças, como os cães. No caso da espécie humana – é o que nos vem ensinando a genética –



entrevista

Joel Rufino

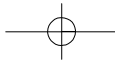
Nem todas as pessoas que crêm na existência de raças são racistas. Racista é outra coisa: é quem usa essa errônea idéia de raça como forma de dominação econômica, social, política etc. Essa distinção parece complicar a questão, mas é necessária.

raça é a própria espécie; o termo não vale, portanto, para designar brancos, pretos, amarelos, caucasianos etc.

Nem todas as pessoas que crêm na existência de raças são racistas. Racista é outra coisa: é quem usa essa errônea idéia de raça como forma de dominação econômica, social, política etc. Essa distinção parece complicar a questão, mas é necessária. Há muito preconceito racial no Brasil, quem não o sofre tende a subestimá-lo, ao contrário de quem é vítima dele – mas preconceito racial não é exatamente racismo. Há quem não goste de preto, há quem não goste de branco, de mulato, de nissei, de louro e assim por diante. É mais ou menos como quem não gosta de capixaba, de gaúcho, de *paraíba*. Pura negatividade de quem não gosta e, por isso, não se aproxima do outro. Pode estar perdendo algo: há gente boa e ruim em qualquer desses grupos. Também a discriminação racial ainda não é exatamente racismo: coincide com aquilo que os antropólogos chamam de etnocentrismo; nesse sentido, por exemplo, quase todos os povos a praticam (embora sem a noção moderna de raça). Quando os jesuítas chamavam os índios de *gentios* e tentavam convertê-los à fé cristã, faziam discriminação racial; também quando os tupis se auto-denominavam assim (tupi quer dizer filhos de Tupã), discriminavam todos os outros (inclusive outros índios) como filhos sem criador, parentes dos piolhos e samambaias.

Racismo não é, pois, preconceito ou discriminação. O que é então? Uma forma de dominação social que surgiu aparecida com a moderna civilização capitalista, em que os brancos europeus e seus descendentes dominam (pelo colonialismo/imperialismo) as populações ameríndias, africanas e asiáticas, com ajuda da crença de que uns *nasceram* para possuir bens, mandar, governar etc. e outros para trabalhar, obedecer, serem governados. Racismo, numa palavra, é a *naturalização* de um fato histórico (a dominação européia do mundo). O racismo brasileiro é este. O “caso” de Lampião, que narro num livro para crianças (*O grande pecado de Lampião...*), é de preconceito racial, mas a rigor não é de racismo, pois os cangaceiros, eles mesmos, eram mestiços sertanejos em luta contra a ordem social imposta pelos brancos do litoral em convivência com os latifundiários do interior. Lampião foi um excepcional guerrilheiro da luta prolongada e sangrenta que os pobres não-brancos travavam contra a ordem social em que os ricos e brancos são os beneficiários. Ele foi o que os historiadores costumam chamar de *bandido social*: aplicou as mesmas regras do sistema que o oprimia para lutar contra esse sistema.

PP: A sua permanência na prisão, como preso político, tem sido citada em passagens de alguns de seus livros, além de ter gerado o extraordinário *Quando vol-*



entrevista

Joel Rufino

Literatura é uma forma de conhecimento distinta da sociológica, antropológica e política. Seu objeto é distinto: o ser humano naquilo que ele tem de mais original, as relações de família (desejo, ódio, inveja, fraternidade etc.). E seu “método” também: para chegar àquele objeto joga com palavras.

tei, tive uma surpresa, para adolescentes. Como Graciliano, que você parece apreciar tanto, não pretende escrever suas “Memórias do Cárcere”?

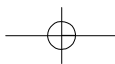
Rufino: Não pretendo escrever “memórias do cárcere”, embora aqui e ali rememore alguns episódios daquela experiência. Memórias desse tipo vêm filtradas, não são profundamente verdadeiras. O memorialista “esconde” suas covardias, seus medos, não consegue transmitir a terrível solidão do torturado, o misto de orgulho e desânimo que sofre. Acabam falsas. Graciliano e outros talvez tenham conseguido aparecer integralmente em suas memórias ou, talvez, não pretendessem isso. Cada caso é diferente. Li diversas memórias de ex-presos da ditadura militar, encontrei aquela verdade profunda em poucos. Um exemplo: *Uma tempestade como a sua memória. A história de Lia*, de Maria do Carmo Brito (Rio de Janeiro, Record, 2003). No caso do meu *Quando eu voltei, tive uma surpresa*, deve-se levar em conta que, na origem, não era um livro, mas cartas que escrevi com a intenção de manter a ligação com meu filho, um menino de oito anos. A maquiagem (alguém o chamou de “A vida é bela” dos pobres) e a omissão se justificam. Não conto nada além do que servia ao objetivo: a ligação com meu filho. As cartas foram guardadas cuidadosamente por minha mulher Teresa, mãe de Nelson, e foram transformadas em livro por iniciativa dela ao perceber o valor que teriam como depoimento,

digamos, universal, para quaisquer pais e filhos ameaçados de separação.

PP: A grande maioria de sua obra, mesmo para crianças pequenas, é uma enorme diversão, junto com uma questão social importante. Para você, fazer literatura é desenvolver consciências?

Rufino: Não diretamente. Literatura é uma forma de conhecimento distinta da sociológica, antropológica, política etc. Seu objeto é distinto: o ser humano naquilo que ele tem de mais original, as relações de família (desejo, ódio, inveja, fraternidade etc.). E seu “método” também: para chegar àquele objeto *joga com palavras*. Por isso alguns dizem que a psicanálise é um gênero literário. Se, no final da leitura, o leitor (criança ou adulto) se tornou mais humano, a literatura cumpriu sua tarefa. Nesse caso se poderia dizer que a literatura desenvolve consciência: a consciência da nossa trágica humanidade. Quanto à consciência política, por exemplo, pode ser um propósito deliberado do escritor em alguns momentos excepcionais – guerra, revolução, invasão imperialista, escravização, ditadura etc. – e é, sem dúvida, válido. Tanto é assim que poucos escritores conseguiram fazer boa literatura política. É mais difícil, embora não pareça.

PP: Não podemos deixar de focalizar o instigante *Como podem os intelectuais trabalhar para os pobres?* Você responde, nas 256 páginas do livro, à pergunta do título? Como a sintetizaria?



entrevista

Joel Rufino

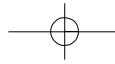
O intelectual para os pobres deve ficar longe de “igrejinhas”, cenáculos, academias de letras, comendas e elogios. Nesses espaços ele só ajuda a si mesmo. Outra coisa que ele pode fazer é largar a crença cega em idéias e valores modernos ocidentais, que serviriam para todos os homens de todos os lugares.

Rufino: Nem todos os intelectuais querem trabalhar para os pobres. Os que querem e se esforçam para isso o fazem por uma ética: um imperativo moral a que não conseguem fugir, sem se sentirem angustiados, diminuídos aos seus próprios olhos. Para isso, devem se manter absolutamente (não relativamente) críticos com relação ao mundo, à cultura e à sua própria função – afinal, o que chamamos “intelectuais” é uma corporação profissional a serviço de uma racionalização do mundo que até aqui só beneficiou o capital. Um corolário dessa regra: o intelectual para os pobres deve ficar longe de “igrejinhas”, cenáculos, academias de letras, comendas e elogios. Nesses espaços ele só ajuda a si mesmo. Outra coisa que ele pode fazer é largar a crença cega em idéias e valores modernos ocidentais, que serviriam para todos os homens de todos os lugares. Mas o principal da resposta está no seguinte: os intelectuais que querem trabalhar para os pobres devem reconhecer que os pobres produzem seus próprios intelectuais. Sendo assim, devem interagir com estes em busca de um novo intelectualismo, no qual as qualidades de uns e de outros se fecundem. O lugar em que se dará o encontro dos dois tipos de intelectual é a *publisfera* – o Estado de hoje, constituído pelo governo mais a sociedade civil. Esta é uma síntese da resposta que ofereço à pergunta do título. O livro é um ensaio, gênero em que você parte de uma base

consolidada de conhecimentos para um salto especulativo. Ensaio é uma indisciplina, digamos assim, a que você tem direito depois de muita disciplina.

PP: Ainda nesse livro, você convida o leitor a passear entre os intelectuais, políticos e artistas. Poderia citar, nessas categorias, os mais caros a você?

Rufino: Sempre vi o futebol como um gênero de arte popular. Assim, admirei primeiro os artistas da bola: Zizinho, com quem consegui me relacionar às vésperas dos seu 80 anos; Leônidas, o Diamante Negro; Didi; Garrincha... Na música popular, através da qual se expressam tradicionalmente os *intelectuais dos pobres*, admirei Paulo da Portela, o fundador das escolas de samba; Adoniran Barbosa; Zé Queti (“Eu sou o samba/ A voz do morro sou eu mesmo, sim senhor...”); Nei Lopes... Admirei também, entre os intelectuais dos pobres, Cipriano Barata; Carolina Maria de Jesus (a escritora catadora de papel que foi *best-seller* nos anos 60); Arthur Bispo do Rosário; Gabriel da Casa da Flor... Entre os intelectuais “propriamente ditos”, admirei Lima Barreto, Mário de Andrade, Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Darcy Ribeiro, Ariano Suassuna... Entre os políticos, Getúlio Vargas, João Goulart, Leonel Brizola... Tais artistas, intelectuais e políticos me são caros no sentido em que me sinto inspirado por eles: fizeram coisas que eu gostaria de ter feito. Sou crítico, contu-



entrevista

Joel Rufino

O que nos propomos realizar nos cargos públicos é sempre mais do que o realizado. Essa perda é do jogo político, a não ser para os mal-intencionados. Sempre saímos perdendo, mas, como disse Darcy Ribeiro, na maior parte dos casos prefiro estar do lado dos perdedores ao dos vencedores.

do, da sua obra e, em alguns casos, da sua vida, não resvalando para o culto à personalidade.

PP: Nesse mesmo livro, entre outras análises brilhantes, há uma bela reflexão sobre o livro *Angústia*, de Graciliano Ramos. Não seria natural reivindicarmos que você nos brindasse com uma obra sobre a literatura brasileira?

Rufino: Estou entregando a uma editora uma coleção de ensaios sobre a literatura brasileira: *Quem ama literatura não estuda Literatura*. Gosto de títulos provocantes. Fui professor de literatura brasileira (UFRJ) por mais de vinte anos, e me incomodava o formalismo (espécie de baixo estruturalismo) que domina as nossas faculdades de Letras. Esse formalismo, herança da contracultura dos anos setenta, é uma das razões do niilismo de nossos professores: de um modo geral acham que *enquanto professores de literatura nada devem ou podem fazer pelo País*. As aulas e *papers* em que debati essa maneira de ver se transformaram em ensaios: a velha questão da forma-conteúdo, realismo e tipo literário, o culto a Machado de Assis, a importância do gênero “cartas”, materialismo e idealismo em crítica literária, literatura e política, telenovela como literatura, o ensino de letras no Brasil etc. Também o ensino e os estudos literários acabaram engessados pelo *pensamento único*, essa maneira de ver em que o dominante, apenas por sê-lo, é tomado como verdadeiro. Tento

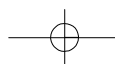
mostrar nesses ensaios que é sempre possível pensar diferente.

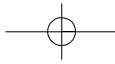
PP: Você ocupou alguns cargos políticos (Presidente da Fundação Palmares e Secretário Adjunto da Cultura no RJ). Considera que nesses postos pôde fazer o que se propôs realizar?

Rufino: Não. O que nos propomos realizar nos cargos públicos é sempre mais do que o realizado. Essa perda é do jogo político, a não ser para os mal-intencionados. Sempre saímos perdendo, mas, como disse Darcy Ribeiro, na maior parte dos casos prefiro estar do lado dos perdedores ao dos vencedores. Na Fundação Palmares, por exemplo, tentei introduzir a “questão do negro” nas estratégias de governo, principalmente através do *direito comunitário* às terras remanescentes de quilombos. Apesar de meus sucessores terem conseguido avanços nessa questão, como se vê pela adoção, pelo governo Lula, da *ação afirmativa*, o *direito comunitário à terra* emperrou. No caso da Secretaria de Cultura do Rio, por exemplo, as jornadas de cultura em municípios do interior que concebi não prosperaram. Talvez, nesses e em outros casos, a minha pretensão fosse descabida.

PP: Na sua opinião, as políticas de incentivo à leitura do governo federal têm sido eficazes? Que sugestões você daria com o mesmo propósito?

Rufino: A primeira pergunta é muito difícil para mim, não sei se essas políticas





entrevista

Joel Rufino

No caso do incentivo à leitura, tenho às vezes a impressão (mas só a impressão) de haver uma tendência a aumentar “mais do mesmo”: mais bibliotecas, mais distribuição gratuita de livros, mais campanhas de leitura... Isso significa, em geral, aumentar também a burocracia, que acabará por frear a expansão dos programas.

têm sido eficazes, não tenho dados. Não é bom julgar à distância, sem informações do que está acontecendo na realidade. A primeira idéia que temos a propósito das políticas públicas é que não dão em nada, mas nem sempre é assim. Os problemas aqui são muito grandes, crescem numa proporção geométrica, enquanto os meios do Estado não crescem, ou crescem em proporção aritmética. No caso do incentivo à leitura, tenho às vezes a impressão (mas só a impressão) de haver uma tendência a aumentar “mais do mesmo”: mais bibliotecas, mais distribuição gratuita de livros, mais campanhas de leitura... Isso significa, em geral, aumentar também a burocracia, que acabará por frear a expansão dos programas. Vi na África “bibliotecas voadoras”: professoras aposentadas ou simplesmente pessoas que gostam de ler e recebem uma pequena quantidade de livros para fazer circular entre potenciais leitores do bairro. Recebem uma pequena ajuda de custo, o que, para uma aposentada ou um desempregado, pode significar muito, e fazem o que gostam: ler. E criam uma comunidade leitora local, não importa se pequena. O governo não precisa construir prédio algum, contratar ninguém. Claro que não dá voto, inauguração ou anúncio. Ações criativas como essas não seriam repetições burocráticas como as que fracassam no Brasil.

PP: Que ações da escola e do professor podem contribuir para a formação do leitor?

Rufino: Também nesse aspecto, a opinião de quem está de fora vale pouco. Há bastante gente trabalhando nessa área e desconheço suas análises e propostas. Contudo, firmado na minha própria experiência, concluí que, onde há sincera afeição pela literatura, crianças leitoras aparecem. Talvez a escola pudesse agir na criação desses ambientes de “sincera afeição pela literatura”. Ora, literatura não é exclusivamente, nem principalmente, a do livro. Literatura existe na música popular, mesmo a de massa. Existe também na novela de televisão, no cartaz publicitário e assim por diante. Ela existe na fabulação infantil: toda criança inventa mundos abstratos, canções, teatro. Uma boa ação é evitar a repressão a essa capacidade de fabulação, praticada por tantos professores. Falo de uma espécie de desregulamentação da fabulação... Confio, também, em ações não-burocráticas, que não exijam construções, acervos, funcionários, inaugurações, publicidade. Ações discretas do Estado e do Mercado, sem se confundirem de forma inadequada.

